

# OS CONGRESSOS DA UNIÃO PARANAENSE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS - UPES (1967 A 1982)

Silvana Lazzarotto Schmitt - UNIOESTE

## Introdução

O tema deste artigo é resultado da pesquisa realizada para a escrita da dissertação de Mestrado sobre o Movimento Estudantil Secundarista paranaense no período de 1964 à 1985. Neste ensaio pretendemos analisar a forma como os estudantes secundaristas organizavam seus Congressos Estaduais, tendo como fonte documentos arquivados no Arquivo Público do Paraná nas pastas da UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, as quais fazem parte do acervo da DOPS-PR (Delegacia de Ordem Política e Social). Tendo em vista que utilizaremos, como fonte principal de nosso estudo os documentos da polícia política brasileira, destacamos que foi na ditadura civil-militar brasileira que as DOPS ou os DOPS<sup>1</sup> viveram momentos de atuação muito intensos e distintos, como Kushnir assevera:

No papel de acumulador e gerenciador de informações, fazendo-as circular e abastecendo órgãos de inteligência de dados, os Dops estaduais viveram em uma só década – de 1968 a 1979 (do AI-5 à Anistia) – seu, apogeu, crise e início do processo de extinção. (2002, p. 559).

Para a utilização dos documentos arquivados na DOPS faz-se necessário uma aproximação da legislação que normatiza o acesso ao acervo, considerando que envolve o passado não só do país, mas de pessoas que foram vítimas da repressão e da tortura de um governo autoritário. Nesse sentido:

A compreensão das leis que regulam tanto a guarda dos documentos públicos como a sua utilização, certamente, é de fundamental importância para o historiador e para o cientista social, que têm o

---

<sup>1</sup> A nomenclatura dada a essa instituição se modifica em cada Estado. Em alguns é chamado de Departamento de Ordem Política e Social e, em outros, como no Estado do Paraná, a nomenclatura é Delegacia de Ordem Política e Social. Em outros casos estaduais receberam os dois nomes.

arquivo como um dos seus principais instrumentos de trabalho. (KUSHNIR, 2002, p. 554).

No Estado do Paraná a legalização ocorreu com o Decreto Estadual n.º 577, de 11 de junho de 1991, “[...] que extinguiu a Subdivisão de Segurança e Informação da Polícia Civil – SSI, anteriormente denominada Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS e transferiu o seu acervo documental ao Departamento Estadual de Arquivo Público – DEAP” (RONCAGLIO, 1998, p. 41).<sup>2</sup>

O acervo da DOPS no Estado do Paraná é resultado de atividades de investigação, vigilância e controle feitas pela Chefatura de Polícia no começo do século, pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública na década de 1920, pelas Delegacias de Vigilância e Investigação e Delegacia de Vigilância e Capturas, na década de 1930, até transformar-se na Delegacia de Ordem Política e Social, criada pela Lei n.º. 177, de 5 de março de 1937, com atuação até a década de 1990. (RONCAGLIO, 1998).

Ainda com relação aos cuidados com essa fonte de pesquisa, é importante destacar as considerações realizadas por Fiuza sobre a utilização dos documentos encontrados nessa instituição, ou seja sobre os documentos da polícia política brasileira:

Vale ressaltar que a documentação dos arquivos dos DOPS somente foi liberada no início da década de 1990 e é possível que ela tenha sido dilapidada por setores dos governos estaduais e federais, bem como pelas polícias estaduais e pela polícia federal. Outro dado é que, apesar de extintos, os DOPS entre 1982 e 1983, os serviços de informação continuaram operando em sua tarefa de investigação política até o fim da década de 1980, em particular, junto ao acompanhamento de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e estudantis, comunidades eclesiais de base, grupos de luta pela terra, entre outros. (FIUZA, 2006, p. 24).

Tal fato nos remete a discussão de que os arquivos da polícia não disponibilizaram provas contra o Estado, isso não significa que não houve/há documentos que comprovem a tortura, inclusive contra estudantes, eles só não são/foram disponibilizados. Todavia, podemos encontrar nesses arquivos documentos, jornais, fotos e outros materiais produzidos pelos estudantes, como relatamos no próximo item.

---

<sup>2</sup> Revista *Quadrilátero*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-52, mar./ago. 1998.

## **Os Congressos da UPES**

Elegemos, para a nossa apreciação mais sistematizada, os Congressos Estaduais dos Estudantes Secundaristas COESES, por serem a principal instância de decisões da UPES e, portanto, da organização estudantil secundarista do Paraná.

Destacamos que apesar das possíveis falhas de informações em que podemos incorrer ao nos utilizarmos basicamente da documentação da DOPS-PR para sistematizar como aconteceram os congressos estaduais da UPES, temos a intenção de retratar como os estudantes secundaristas organizaram tais eventos. Ressaltamos que não encontramos registros de todos os congressos realizados, mas um número considerável, o que nos permite observar as características do ME secundarista paranaense.

Destacamos ainda, o fato de as pastas da DOPS não estarem organizadas de maneira apropriada para a realização de pesquisa, havendo um emaranhado que aglutina documentos referentes aos congressos, conselhos, reuniões, entre outros. Não são nem mesmo organizadas por período/ano, pois em uma pasta tem documentos do início da década de 1960 e de 1980.

Para efeito de compreensão do leitor, salientamos que havia várias formas de organização dos estudantes secundaristas no Paraná, dentre as quais os Congressos Estaduais dos Estudantes Secundaristas – COESES, e ainda os Conselhos Estaduais de Estudantes Secundaristas – COESUPES. Nos COESES eram realizadas as eleições para a diretoria da UPES, diretoria que era substituída anualmente. Nos COESUPES eram tratados temas relacionados a questões de ordem financeira e administrativa e a participação estava reservada aos membros da UPES e das Uniões Municipais dos Estudantes Secundaristas. Já nos congressos havia participação de representantes de todos os grêmios estudantis do Paraná.

Na cidade de Cascavel aconteceram pelo menos três congressos estaduais de estudantes secundaristas durante o recorte temporal deste trabalho, ou seja, nos anos de 1967, de 1973 e de 1980, de acordo com a documentação arquivada pela DOPS. Dessa forma, podemos compreender que a cidade era local privilegiado da organização dos estudantes secundaristas do Paraná.

O primeiro congresso realizado na cidade de Cascavel aconteceu entre os dias 18 a 22 de janeiro de 1967, sendo o XVIII Congresso da UPES<sup>3</sup>. Na pasta em que estão

---

<sup>3</sup> A documentação referente ao XVIII Congresso está arquivada na Pasta UPES nº. 2338, topografia 266.

arquivados os documentos recolhido pela DOPS sobre o evento há uma cópia do estatuto da UPES; uma relação detalhada com os nomes dos participantes que tomaram parte do XVIII Congresso, seu respectivo grêmio estudantil e a cidade correspondente.

A análise do relatório produzido sobre o XVIII COESES, permite observar que no texto escrito é destacado que a ação da DOPS ao acompanhar o evento estudantil na cidade de Cascavel era de cunho *preventivo* e não *repressivo*, que de início foram tomadas as medidas necessárias para verificação de elementos subversivos, em que eles constataram a presença dos estudantes: Rogério Bonilha<sup>4</sup>, Edson Urban e Célio Gorski, os quais, de acordo com o relatório, foram à cidade de Cascavel com a intenção de agitar e tumultuar o congresso, tendo em vista que tais estudantes não pertenciam à classe de estudantes secundaristas. O fato que destacamos é que foram os agentes da DOPS que verificaram que as credenciais dos estudantes supracitados eram falsificadas e foram eles que os impediram de participar do evento. Como já ressaltamos no início deste capítulo, temos ciência de que as informações feitas pela DOPS podem não ser verídicas, contudo esse é um fato que nos permite compreender algumas das formas como a polícia política do Estado observava e agia em relação às ações dos estudantes secundaristas.

O texto foi finalizado ressaltando que, em função da ação preventiva dos agentes da DOPS, o congresso transcorreu num clima de tranquilidade, sem ataques ao governo federal, e ainda que tal fato se diferenciou dos anos anteriores em que ocorreram ataques ao governo federal.

Em 1969, realizou-se, na cidade de Guarapuava, o XX COESES, nos dias 8 a 11 de janeiro. A UPES enviou um ofício nº. 521/68/1969 ao secretário de Segurança Pública do Estado, Agostinho Rodrigues, informando sobre a realização do XX Congresso e, como anexo, o *Temário* e o *Anteprojeto* do Regimento Interno do XX COESES. Os estudantes reforçam o convite para que o secretário participe do evento. A gestão 1968-1969 era a *Afirmação*, tendo como presidente da UPES o estudante Darlan José Dall' Agnol.

O *temário* do XX COESES é sucinto. São elencadas as atividades relacionadas à aprovação do Regimento Interno, discussão apenas sobre as eleições e aprovação de relatórios de contabilidade. Sendo assim, não observamos uma discussão acalorada

---

<sup>4</sup> Rogério Bonilha é diretor/dono do Instituto Bonilha, instituição especializada em realizar pesquisas de opinião e mercado.

sobre temas sociais, econômicos e ou políticos. Há apenas espaço para discussão de temas livres no último dia do congresso.

O XXII COESES aconteceu, por sua vez, de acordo com o ofício nº. 670-70/1971, sob a Gestão *Impulso*, nos dias 7 a 11 de julho de 1971, na cidade de Londrina. Salientamos que só encontramos essas informações sobre o referido congresso. Não localizamos o Temário ou mesmo o Regimento Interno do evento. Este congresso também foi mencionado no texto da Constituição redigido pela Gestão *Independência*, já discutido no item anterior.

Sobre o XXIII Congresso da UPES, que ocorreu em Maringá no ano de 1972, há um ofício expedido pelo Setor de Segurança e Informações da Rede Ferroviária Federal, divisão do Paraná e Santa Catarina, e disseminado para vários órgãos de Segurança, dentre eles a DOPS, relatando que o referido congresso seria realizado na cidade de Maringá entre os dias 11 a 15 de julho de 1972 com a eleição da diretoria da UPES e debate sobre problemas relacionados ao movimento estudantil secundarista. O que nos chamou a atenção é que o ofício destaca que Maringá é o reduto mais agitado do interior do Estado dentro da política secundarista. Assim fica clara a preocupação da polícia política no sentido de vigiar e barrar qualquer forma de atuação considerada subversiva, e que, além da DOPS, os demais órgãos estavam atentos para a movimentação dos estudantes secundaristas.

Ainda sobre a cidade de Cascavel, quando da realização do XXIV Congresso dos Estudantes Secundaristas, podemos observar, na figura<sup>5</sup> abaixo, que, até o ano de 1973, havia sim uma preocupação por parte dos estudantes com relação ao olhar da DOPS. De forma sarcástica, a charge abaixo faz com que o leitor perceba essa preocupação. A charge foi publicada no jornal *Fronteira do Iguçu*<sup>6</sup> em 17 de julho de 1973.

---

<sup>5</sup> Pasta UPES – XXIV Congresso dos Estudantes Secundaristas Topografia 2331, n.º 265. Nessa pasta podemos encontrar inúmeras informações sobre o Congresso que foi realizado na cidade de Cascavel.

<sup>6</sup> O referido jornal foi criado na cidade de Cascavel no ano de 1971, quando circulava três vezes por semana. Em 1974 transformou-se em um diário do extremo oeste paranaense. Informações disponíveis em: <[http://jhoje.com.br/unipar\\_observatorio/site\\_01/pag\\_tres/pag\\_tres.htm](http://jhoje.com.br/unipar_observatorio/site_01/pag_tres/pag_tres.htm)>.



O mesmo jornal *Fronteira do Iguaçu*, na coluna intitulada “O Caldeirão”, faz, de forma agressiva, críticas à organização dos estudantes durante o congresso. Salientamos aqui que tal atitude com relação aos estudantes era recorrente no período, pois havia certo repúdio de setores da sociedade às ações dos estudantes, especialmente aqueles engajados na luta política.

Felizmente encerrou-se o Congresso Estudantil que **bagunçou** a cidade durante quatro dias. Muitas reclamações e protestos da população contra esses “vândalos” que, antes de pensar em participar de congressos, deveriam levar umas boas lições de educação e, principalmente, conscientizarem-se de que são estudantes. Lamentavelmente foi um mau negócio para Cascavel ajudar a realização desse “congresso”. (Jornal *Fronteira do Iguaçu*, 17 de julho de 1973).

Ainda nos arquivos da DOPS-PR encontramos o relatório, produzido por funcionários da instituição, a partir de gravação sonora, sobre os acontecimentos referentes ao XXIV COESES realizado na cidade de Cascavel, no Cine Avenida. O relatório inicia-se com a discriminação das atividades realizadas, tendo como referência o temário do evento. O referido relatório destaca que, na solenidade de abertura do evento, havia a representação de aproximadamente 360 grêmios estudantis por aproximadamente 800 alunos e no total havia cerca de 1300 pessoas.

Outro aspecto que chama a atenção está no fato de que são transcritos no relatório alguns discursos proferidos durante o congresso, outros são apenas citados de forma resumida, é o caso dos discursos proferidos na cerimônia de abertura do

congresso em que o relatório cita o uso da palavra por alguns representantes dos municípios paranaenses, como, por exemplo: fizeram uso da palavra os representantes de Foz do Iguaçu, Guarapuava, Campo Mourão, entre outros.

Abaixo citamos alguns fragmentos dos discursos reproduzidos na íntegra. Iniciamos com o discurso proferido pelo então deputado estadual Álvaro Dias (MDB), o qual, ao cumprimentar, a mesa destaca: “Senhores AGENTES, aqui destacados, compreendo sua presença e sua missão, tenho certeza que compreendam a minha presença e a minha missão...”<sup>7</sup>. Nitidamente, nesse momento, o deputado estava se dirigindo aos agentes da DOPS e já de antemão solicitando a possibilidade de diálogo.

Seu discurso segue:

[...] venho falar da participação necessária e imprescindível do jovem na vida pública, no desenvolvimento do País, não tenho pretensão de convencer ninguém a participar, mas pelo menos, pretendo ter um ideal de fazer com que a mocidade pense, porque depois de fazê-la pensar, fácil será fazê-la querer, esta mocidade precisa querer. No Brasil a história nos dá acontecimentos, acontecimentos marcados pela brilhante passagem da mocidade em todos os instantes [...] (Pasta UPES nº. 2331, topografia 265).

O discurso segue citando passagens da história do Brasil em que a atuação de um ou mais jovens contribuiu para, por exemplo: a libertação dos escravos, emancipação política do país, queda do império, proclamação da República, entre outros.

Destaca ainda que, de acordo com dados estatísticos, 67% da população brasileira é menor de vinte e cinco anos e 63% é menor de vinte anos, ou seja, vivemos num país jovem, e, de acordo com Álvaro Dias, “a juventude é o Brasil”.

Quando se refere ao regime político do país, o faz de forma ambígua, como podemos observar nos fragmentos a seguir. No primeiro ele diz: “[...] estou convencido de conquistar e inspirar a veracidade deste País num futuro promissor em que pese os dias negros no sentido de democracia autêntica que estamos vivendo [...]” (Idem).

Em seguida questiona o fato de que a juventude se afastou das discussões políticas do país e então destaca:

Para afastá-los na verdade nós temos que ter a coragem suficiente para reconhecer que esta geração que aí está que está pagando por erros

---

<sup>7</sup> Pasta da UPES nº. 2331, topografia 265.

que não cometeram, os jovens estão pagando por erros que não cometeram porque quando caiu do poder JOÃO GOULART, nem sequer eleitores éramos [...] esse erros não foram cometidos com a participação desta geração que aí esta cerceada de seus direitos de participação na vida política nacional [...]. (idem).

O relato do debate após o discurso de deputado estadual girou em torno de questões de cunho educacional, pois, dentre as solicitações dos estudantes, a mais latente referia-se ao pedido de construção de quadras esportivas nos colégios estaduais do Paraná.

Quando a análise do discurso<sup>8</sup> de Álvaro Dias foi feita pelos agentes da DOPS-PR, são observados e elencados diversos aspectos que estariam se referindo ao governo militar de forma negativa e incitando os jovens a encará-lo como um inimigo. O relatório destaca:

No XXIV, Cascavel, 1973, foram feitas diversas críticas ao sistema econômico social. O objetivo desse congresso foi divulgar as ideias de Enéas Faria e Álvaro Dias. Houve destacada presença de elementos do MDB. O pronunciamento de Enéas Faria e Álvaro Dias se caracterizaram por lançar aos estudantes ideias contrárias ao regime vigente. (Pasta UPES n°. 2328, topografia 264).

Também foi reproduzido o discurso do vereador Enéas Faria<sup>9</sup>, o qual ficou em torno da discussão referente ao salário mínimo. O vereador criticou a política do governo com relação ao valor do salário mínimo, que estava defasado:

O governo anuncia, entre seus programas de impacto, a fixação de novos índices de salário mínimo para a Nação. Gostaria de, rapidamente, mencionar que nada de novo e que novidade alguma, principalmente benfazejas, contém a Mensagem ou o Decreto Presidencial a respeito do salário mínimo. (Idem).

Sobre o XXV COESES, apesar de alguns documentos dos arquivos da DOPS se referirem à realização desse congresso em Toledo, no ano de 1975, destacamos que pode ser um equívoco de digitação, tendo em vista que, nesse ano, se realizou o XXVI COESES.. Por isso consideraremos 1974 como o ano de realização do XXV COESES.

---

<sup>8</sup> A análise das atividades estudantis desde 1973 até 1975 está arquivada na pasta UPES n°. 2328, topografia 264.

<sup>9</sup> Enéas Faria foi presidente da UPES, vereador em Curitiba em 1968, reeleito em 1972. Foi suplente de senador e senador.



Em 1975 foi organizada a Operação Marumbi<sup>10</sup> no Estado do Paraná, a qual prendeu aproximadamente 100 pessoas, e tinha como objetivo encontrar e prender os membros do PCB no Estado, assim:

Acusados de rearticularem as bases partidárias do PCB no Estado do Paraná, infringindo, portanto, o artigo nº. 43 do Decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969, aproximadamente 100 pessoas foram perseguidas e presas por uma manobra policial-militar que mais tarde receberia o nome de um dos maiores picos da serra do mar paranaense: Marumbi. Do total de indivíduos detidos, 65 foram indiciados e passaram a figurar como atores principais no Inquérito Policial-Militar nº. 745 ou BNM 551. (BRUNELO, 2006, p.139).

Essa ação da polícia paranaense por certo necessitou do envolvimento de um número considerável de policiais para prender os subversivos. Não tivemos a informação de que ela tenha influenciado a organização dos estudantes secundaristas, mas o fato de existirem poucos registros das atividades estudantis desenvolvidas nesse ano pode estar relacionado ao fato de que a DOPS estava envolvida em identificar e prender os membros do PCB paranaense, tendo em vista que essa foi uma ação pensada e praticada pela DOPS em parceria com o CODI-DOI.

Também no ano de 1975 aconteceu o XXVI COESES – Congresso Estadual de Estudantes Secundaristas, na cidade de Campo Mourão. Na pauta<sup>11</sup> de discussões estão elencados apenas assuntos pontuais, tais como: discutir teses relacionadas à organização do ME secundarista; votar o relatório da gestão que está findando; e votar nova chapa de diretoria. Destacamos, nesse mesmo documento, quando são discriminados os votantes no congresso, o nome dado à instituição de organização dos estudantes secundaristas é grêmio estudantil, bem como nos demais estatutos dos congressos que foram analisados nessa seção.

Dessa forma, para a participação nesse XXVI Congresso, conforme regimento interno<sup>12</sup>, os estudantes deveriam pertencer ao grêmio estudantil da escola que representavam ou então serem membros da UMES de sua cidade, deveriam ainda trazer, no ato da inscrição: atestado escolar com firma reconhecida pelo diretor do

---

<sup>10</sup> Mais informações sobre a Operação Marumbi, ver, entre outros: BRUNELO, Leandro. **Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

<sup>11</sup> O referido documento está no Arquivo Público do Paraná, acervo da DOPS, pasta denominada UPES n.º 2333, topografia 265.

<sup>12</sup> Idem.

estabelecimento de ensino; a credencial estudantil, fornecida pela entidade (Grêmio ou UMES), também com firma reconhecida pelo seu presidente e a identidade estudantil fornecida pela UPES. Havia os membros titulares e os suplentes, pois, caso os titulares fossem impedidos de participar da votação, o suplente poderia fazê-lo.

No ano de 1976 acontece, na cidade de Guarapuava, o V COESES *Extraordinário*, juntamente com o XX Conselho Estadual da UPES. Os congressos extraordinários também foram uma característica da organização estudantil secundarista no período.

Sobre a realização do XXVII COESES, o informe<sup>13</sup> destaca que, dentre as próximas atividades da UPES, será realizado, nos dias 21, 22, 23 e 24 de outubro de 1976, em Francisco Beltrão, o XXVII COESES.

Segundo o informe, em 1977 foi realizado o XXVIII COESES na cidade de Marechal Cândido Rondon, entre os dias 16 a 20 de novembro. Está nos arquivos da DOPS o anteprojeto do Regimento Interno<sup>14</sup> do COESES. Esse documento foi arquivado como anexo do Informe nº. 625, de 1977. O relato diz que o congresso ocorreu num clima de tranquilidade.

Há ainda um recorte do Jornal *Gazeta do Povo*, de 19 de novembro de 1977<sup>15</sup>, relatando a participação do secretário da Justiça, Túlio Vargas, representando o governador do Estado, Jaime Canet Junior, o qual proferiu discurso, quando “[...] lembrou da época em que fora Presidente da UPES, em 1948, relatando episódios do histórico passado da agremiação e fazendo apelo para que a mocidade de hoje desenvolva atividades políticas dentro dos partidos legalmente constituídos, pois ‘o estudante é o suporte do futuro promissor da Pátria’”. Disse ainda: “Creio profundamente na ação edificante deste movimento, porque é daqui que vão emergir as grandes lideranças do futuro”.

Nessa mesma reportagem há uma citação da fala do então presidente da UPES, o estudante José Cláudio Pereira Neto, o qual elogiou a compreensão e o apoio *moral* do titular da Pasta da Justiça por ser: “[...] o primeiro homem público a nos auxiliar na longa e árdua jornada em prol da emancipação estudantil paranaense.”

---

<sup>13</sup> Pasta da UPES nº. 2335, topografia 265. De origem DOPS/SR/DPF/PR com difusão para ACT/SN/5ªRM/DE – EOEIG (Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda) – PMPR (Polícia Militar do Paraná) e DOPS/SESP/PR, sob nº. 570/76.

<sup>14</sup> Documentos arquivados na pasta UPES – nº. 2338 topografia 266. Difundido para SNI/ACT; 5ª RM/DE, DOPS e DPF (Delegacia da Polícia Federal).

<sup>15</sup> Recorte de Jornal arquivado na pasta UPES – nº. 2336, topografia 266.

Da realização do XXX COESES em novembro de 1979 encontramos apenas informações a partir de recortes de jornal. Há uma reportagem no jornal *O Estado do Paraná* que destaca: “Estudantes exigem legalização da UPES” e a reportagem de 16 de novembro de 1979 relata:

A legalização da União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º graus foi considerada essencial ontem, por diversos dos 400 participantes do XXX Congresso Estadual dos Estudantes, que se encerra amanhã. [...] UPES foi posta na ilegalidade pelo governo em 1968, juntamente com a UNE e outras entidades estudantis. (Pasta UPES nº. 2333, topografia 265).

No mesmo dia há uma reportagem editada pelo jornal *Correio de Notícias*, reportagem que destaca que as chapas concorrentes à diretoria da UPES fazem críticas ao assistencialismo, porque “Ambas propõem, em sua plataforma de trabalho, uma UPES mais representativa e não apenas um organismo puramente recreativo e assistencialista” (Idem). Outra questão relatada nessa reportagem diz respeito ao atraso no início do congresso em 24 horas porque o local previsto para alojar os quatrocentos delegados não foi cedido pelo fato de que o congresso foi considerado ilegal. Seria no Colégio Omar Sabbag. Ou seja, é curioso que este tipo de situação seja recorrente ainda no ano de 1980.

No ano de 1980, a cidade de Cascavel volta a ser cenário da realização do COESES. De acordo com a edição do jornal *Argumento*, produzido pelo ME Secundarista, realizou-se, de 22 a 26 de outubro de 1980, o XXXI COESES. A reportagem destaca que, apesar de a ACES estar num momento de rearticulação, o congresso foi bem organizado. A chapa eleita para diretoria da UPES foi a *Semeando*.

De acordo com o recorte de uma reportagem do jornal *Folha de Londrina*<sup>16</sup>, de 11 de novembro de 1981, o XXXII COESES realizou-se na cidade de Campo Mourão, nos dias 14 e 15 de novembro daquele ano. Havia uma previsão de que participariam desse congresso cerca de dois mil estudantes de todo o Estado.

### **Algumas considerações**

Destacamos que a participação dos estudantes nos congressos estaduais – COESES, estava reservada aos membros dos grêmios estudantis e das UMES, fato que

---

<sup>16</sup> Recorte de jornal arquivado na pasta UPES – nº. 2336, topografia 266.

nos remete à discussão de que, apesar da legislação imposta pelo governo militar, as entidades secundaristas ainda se organizavam por meio do grêmio estudantil e não pelos centros cívicos como estabelecia a legislação que se refere à Educação Moral e Cívica.

Outra questão a ser ponderada refere-se ao fato de que, de acordo com o contexto social, ou seja, com o momento vivido pela sociedade, os congressos foram sendo reorganizados, quando em períodos de grande efervescência política, início do período da ditadura civil-militar, os congressos eram mais fervorosos, até os temas discutidos eram mais ousados para o período. Com relação aos congressos realizados a partir de 1975, podemos perceber que houve um arrefecimento das discussões dos temas relacionados à política, à economia e à questão social.

Como anunciamos no início deste texto, os documentos arquivados pela DOPS-PR guardam restrições com relação à veracidade dos fatos e também lacunas no que tange à organização estudantil, não disponibilizando informações completas de todas as atividades estudantis realizadas no período que nos propomos analisar. Foi, todavia, possível observar traços relevantes da organização dos estudantes secundaristas paranaenses. Destacamos que, com relação aos COESES, só encontramos dados até a realização do XXXII Congresso. Tal fato pode estar relacionado com o período de atuação das DOPS no país, que seria até 1982, e também pelo fato de que esse período já estava marcado pela transição do regime político.

Podemos considerar que, apesar da repressão sofrida pelas organizações de “esquerda” e aquelas que, mesmo não sendo efetivamente de esquerda, mas que discordavam das ações do governo militar, no período de 1964-1985, bem como as estratégias e as condições para organização dos estudantes, estratégias e condições que eram muito diversas das atuais, devemos concluir que, efetivamente, foi um momento de intensa articulação do ME secundarista, porque, como observamos, os eventos da UPES aconteciam sistematicamente e os estudantes participavam dessas ações.

## **Referencias:**

### **Pastas da DOPS-Pr**

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2336, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº. 2328, topografia 264.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2333, topografia 265.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2337, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2338, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2331, topografia 266.

Pasta União Paranaense dos Estudantes Secundaristas nº 2335, topografia 265.

### **Referencias bibliográficas**

BRUNELO, Leandro. **Repressão política na terra das araucárias:** a Operação Marumbi em 1975 no Paraná. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

FIUZA, Alexandre Felipe. **Entre um samba e um fado:** a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970. Tese de Doutorado. Assis – São Paulo: 2006.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Minorias silenciadas:** histórias da censura no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 553-583.

RONCAGLIO, Cynthia et alli. Os arquivos do DOPS do Paraná. **Quadrilátero** – Revista do Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília, v. 1, nº. 1, p. 41-52, mar./ago. 1998.